

Perícia de Engenharia: um Guia para Laudos Periciais Judiciais

Walter Xanthopulo

Perícia de Engenharia: um Guia para Laudos Periciais Judiciais

1ª Edição

[Ebook](#) / [PDF](#)

Volume I

São Carlos / SP

EDITORA DE CASTRO

2021

Copyright © 2021 do autor.



DE CASTRO

Editor da Editora De Castro: Carlos Henrique C. Gonçalves

Projeto gráfico e arte para capa: Carlos Henrique C. Gonçalves

Fotos para a capa: Walter Xanthopulo e Divulgação.

Revisão de texto: Editora De Castro

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Lumos Assessoria Editorial

Bibliotecária: Priscila Pena Machado CRB-7/6971

X2 Xanthopulo, Walter.
Perícia de engenharia : um guia para laudos periciais
judiciais : volume 1 [recurso eletrônico] / Walter
Xanthopulo. — 1. ed. — São Carlos : De Castro, 2021.
Dados eletrônicos (pdf).

Inclui glossário.
ISBN 978-65-5854-249-0

1. Provas, Perito. 2. Provas, Especialista. 3. Perícia
(Processo Civil). 4. Laudo técnico. 5. Inspeção judicial.
I. Título.

CDD 347.06

DOI: 10.46383/isbn.978-65-5854-249-0

Todos os direitos desta edição reservados ao autor, Walter Xanthopulo.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610/1998).

Editora De Castro

contato@editoradecastro.com.br
editoradecastro.com.br

Para Você!
Nas manhãs mais ensolaradas
E nas noites mais sombrias

Você estava lá
Você está lá
Você estará lá

Com sua presença
Com sua voz
Com sua luz

No início da caminhada
No meio do caminho
E nos finalmentes com você

Grato pela companhia
Na sombra e no sol
Com Você!

Sumário

Palavras iniciais	9
1 Roteiro de uma Ação Judicial até a Perícia, e depois... ..	11
2 Proposta de Honorários	15
2.1 Apresentação	15
2.1.1 Detalhamento da proposta	17
2.3 Levantamento dos Honorários	21
2.3.1 Apresentação da Petição	21
2.3.2 O Laudo Pericial	22
2.3.3 Objeto da Perícia	30
2.3.4 Respostas aos Quesitos	32
2.3.5 Das Considerações Finais	33
3 Artigos do CPC referentes à perícia e ao perito	35
Glossário de Termos do Código de Trânsito Brasileiro (CTB) – Lei 9.503/97	41
Glossário de termos técnicos	47
Glossário de termos jurídicos	53
Autor	55

Palavras iniciais

Bom... Por um bom tempo as perícias foram o foco de meu fazer profissional. Engenheiro Industrial Mecânico de formação, aprendi que perícia não se ensina na universidade. Infelizmente, meus excelentes e estimados professores não se dedicavam às perícias e, então, não nos ensinaram a realizar uma perícia. Assim, ser/estar um profissional/perito foi desejo e procura. Como descobri mais tarde, há uma série de detalhes que nos cobram atenção na tarefa de realizar uma perícia e apresentar o laudo, e os detalhes estão dispersos na imensidão do Direito e da Engenharia. Não há modelos de laudo e nem modelos para uma abordagem única tecnológica/científica do foco da perícia e engenheiros sofrem muito com a ausência de modelos. Errei um tanto, principalmente tentando acertar. Alguns colegas espertos e mais inteligentes passam por nossa vida e deixam o bom e o certo ensinamento. Aprendi muito com estes especialistas. Aos que se lembrarem de mim, meu abraço e muito obrigado.

Este livro é apenas um guia dedicado aos novos colegas que irão se aventurar no exigente, extenuante e gratificante campo das perícias. De modo geral, o guia está dividido em partes. A primeira fala sobre o roteiro de um processo judicial até a perícia. A seguinte fala sobre a proposta de honorários e a petição para o levantamento dos honorários. Uma outra, a terceira, oferece um modelo para as respostas aos quesitos. O guia finda com a reunião de alguns artigos do Código do Processo Civil - CPC referentes aos peritos e às perícias; e com três pequenos glossários dos termos mais vistos numa perícia, o primeiro relativo ao Código de Trânsito Brasileiro (CTB) - Lei 9.503/97, o segundo de termos técnicos e o terceiro, jurídicos.

Nas perícias judiciais, há que se obedecer aos ritos do judiciário brasileiro. A primeira regra que o profissional deve ter em conta é que o judiciário somente age/atua se for provocado, por uma petição ao juiz. Assim, realize a perícia e entregue o laudo no tempo aprazado. E finalmente, você pode e deve fazer uma petição para o levantamento dos honorários, seus justos honorários.

Aqui tem muitas mãos. O Walther cuidou do texto versão beta. Encontrou uns rascunhos da versão dos anos 2000 perdida nos desvãos da vida e, com carinho, resgatou o texto. Deve ter dado um trabalhão, imagino. O Nicolás deu o verniz do Direito, corrigindo o texto inúmeras vezes, corrigindo um engenheiro metido no Direito. A Ana Lourdes cuidou da revisão textual. É verdade também que cobrou a formatação deste várias vezes (por que não publicou ainda??? – e por aí vai...). A Nathália, o Sóstenes, o Lucas, o Murilo e o Vinícius leram os originais e sofreram as dores da proximidade.

Enfim, aí está o guia!

1 Roteiro de uma Ação Judicial até a Perícia, e depois¹ ...

Considere que a perícia judicial é uma etapa de uma fase do processo. Tenha em conta que o processo tem fases, e há uma regra: “o processo só anda pra frente”. A perícia não se dá nem no início nem ao final de um processo judicial. A perícia é um meio de prova. Então, a perícia se dá na fase de produção de provas. Vamos seguir o roteiro:

1 O início de uma Ação Judicial dá-se com a decisão de uma **pessoa** (física, jurídica) contratar um advogado, para recorrer à justiça **contra** outra pessoa, a fim de reparar um direito seu que considera lesado por outra **pessoa**.

2 O advogado contratado escreve um texto relatando a versão do cliente e busca, na vasta legislação brasileira, o suporte legal para requerer uma decisão do juiz a seu favor.

3 O texto será assinado pelo advogado e protocolado no fórum.

4 A partir do registro do protocolo, o texto será distribuído ao juiz, sendo que alguns elementos que constituem a ação judicial recebem nomes técnicos:

4.1 o texto protocolado recebe o nome de **Petição Inicial**;

4.2 a pessoa que contratou o advogado recebe o nome de **Requerente** ou **Autor**;

4.3 a do contra recebe o nome de **Requerido** ou **Réu**;

4.4 ambos recebem o nome de **Litigantes**.

5 Nesta petição inicial, o autor faz alguns pedidos ao juiz. E um desses pedidos pode ser a realização de perícia.

6 A petição inicial pode listar um, dois ou vários requerentes ou autores.

7 A petição inicial pode listar um, dois ou vários requeridos ou réus.

8 O juiz manda **citar** o réu por um dos meios legais (são vários).

9 O réu **citado** necessita contratar um advogado para que este o represente na ação judicial.

1 O jurista Nicolas Xanthopulo corrigiu os termos colocados por este engenheiro.

10 Nesta citação, também pode constar uma ordem do juiz para a realização de uma **Audiência de Conciliação** entre as partes, ambos representados por seus advogados contratados.

11 Considere que ambos podem preferir *nada de conciliação* e dispensar tal audiência.

12 Assim, a ação vai seguir os trâmites normais no judiciário.

13 O advogado contratado escreve um texto relatando a versão do réu sobre aqueles fatos relatados na petição inicial.

14 O texto será assinado pelo advogado e protocolado no fórum.

15 A partir do registro do protocolo, o texto será **distribuído** ao juiz do processo. Esse texto recebe o nome de **Contestação** ou **Contrarrazão** do réu ou requerido.

16 Após a Contestação, o autor tem o direito de oferecer uma **Réplica** ao juiz, que é um texto argumentativo, rebatendo a contestação.

17 Nesses textos, fazem-se alguns pedidos ao juiz. E um desses pedidos pode ser a realização de perícia.

18 Assim, tanto na petição inicial quanto na contestação, os litigantes podem fazer o pedido para a realização de perícia.

19 E a realização da perícia é uma decisão do juiz (deferir ou não deferir?).

20 Então, atendendo ao pedido de perícia, o juiz dá três ordens: 1) determina a realização da perícia; 2) determina que as partes apresentem seus **Quesitos** aos quais o perito deverá responder no texto do laudo pericial; e 3) nomeia o **Perito** de sua confiança para realizar a perícia.

21 Com os dados pessoais do perito nomeado, a **Secretaria da Vara** procede à citação do perito.

22 A citação do perito pode ser realizada por um dos meios legais (são vários...): telefone, e-mail, aplicativo, carta, ou até mesmo o **Oficial de Justiça**.

23 A nomeação, e posterior citação do perito, é uma primeira determinação para que o profissional ofereça uma **Proposta de Honorários** para a realização da perícia.

24 O perito nomeado deverá comparecer na secretaria da Vara para **tomar ciência do processo**.

25 Assim, o profissional perito vai ler todos os documentos do processo e estudar os quesitos de modo a ter uma ideia do alcance e da complexidade da perícia.

26 O perito formata uma proposta de honorários e, através do protocolo, entrega ao juiz para ser anexada ao processo.

- 27 O juiz disponibiliza a proposta de honorários no processo com uma pergunta: concorda ou não?
- 28 Com a concordância da parte interessada na perícia, o juiz determina o depósito judicial dos valores dos honorários.
- 29 A parte interessada na perícia deposita os valores e comunica ao juiz tal depósito.
- 30 Com a confirmação do depósito, o juiz determina o dia de início da perícia e a citação do perito.
- 31 Iniciada a perícia, o processo "para" à espera do laudo.
- 32 O perito procede às vistorias e às diligências, realiza os levantamentos, redige a resposta certa a cada quesito e formata o laudo, e protocola a versão final do laudo para ser anexado ao processo.
- 33 Juntamente com a entrega do laudo o profissional perito pode pedir o levantamento dos honorários, que é uma petição para o juiz liberar os valores dos honorários depositados.
- 34 Via de regra, o juiz defere o levantamento dos honorários.
- 35 O juiz libera o processo com o laudo para manifestação das partes.
- 36 Com o laudo em mãos, cada parte faz um pente-fino na íntegra do laudo.
- 37 Uma parte concorda com o laudo.
- 38 Comumente a outra parte discorda do laudo.
- 39 A parte que concordar com o laudo está concordando com a **conclusão** do laudo.
- 40 A parte que discordar do laudo está discordando com a conclusão.
- 41 A parte que discorda do laudo pode ou não apresentar novos quesitos e pedidos de explicação quanto aos termos do laudo. Isso significa retrabalho.
- 42 Caso haja concordância das duas partes, os trabalhos periciais são finalizados. O processo segue.
- 43 Se uma das partes discordar do laudo, discordar da conclusão, segue nova rodada de quesitos para o perito responder.
- 44 E haverá nova citação ao profissional perito que poderá ser chamado em audiência para responder oralmente aos novos quesitos.
- 45 Vida que segue...

2 Proposta de Honorários

2.1 Apresentação

Para a apresentação de uma proposta de honorários, o profissional deve utilizar-se de um editor de texto. O formato padrão é: folha tamanho A4; letras Times New Roman, tamanho 12, espaçamento entre linhas 1,5; margens 2,5 cm, 2,5 cm, 3,0 cm, 2,5 cm. Use cabeçalho e rodapé na formatação. As folhas são impressas apenas na parte da frente (anverso) e devem ser numeradas.

Item 1 – (Honorários)

No **rodapé**, indique seu endereço numa caixa de texto.
Veja o exemplo:

Rua do Amor, 1000 – Ed. Flor de Pequi – Ap. 10 – Fone 62 3215 XXXX – Setor Jáo – Goiânia – GO – CEP 74.XXXX-YYY
--

Item 2 – (Honorários)

No **cabeçalho**, grafê seu nome, o título “proposta de honorários”, o serviço, a data e o seu número de controle da proposta.
Veja os exemplos:

Perícia	Nome Nome Nome Nome	Nº xx/20XXX
	Proposta de Honorários	Data: xx/yy/zz

Ou

Nome Nome Nome Nome Engº Mecânico CREA-SP: XXXXXX Telefones: xxxxxxxx Email: xxxxxxxx@yyyy	Proposta de Honorários Processo: xxxxxxxx/yyyy Doc. nº: zzzzzz/yyyy Página: 1 de xx ART: XXXXXXXXXX
---	---